

Educação Pré-Escolar: desafios e perspectivas da harmonização e articulação institucional e comunitária na realidade angolana

Educación Preescolar: desafíos y perspectivas para la armonización y articulación del contexto institucional y comunitario en la realidad angolana

Preschool education: challenges and perspectives for the harmonization and articulation of the institutional and community context in the angolan reality

João Correia Filho¹

Universidade de Luanda. Faculdade de Serviço Social, Angola
jmc82@yahoo.com.br

Taimara Roa²

Universidade de Luanda. Faculdade de Serviço Social, Angola
Taimararoa21@gmail.com

Resumo

Os novos tempos exigem mudanças nas formas de reflectir e actuar, momentos em que o processo educativo deve responder às demandas da sociedade. Nesse sentido, o artigo tem por finalidade propor desafios de acordo com a harmonização e articulação do subsistema da Educação Pré-escolar, a partir do enfoque lúdico integrador nas formas organizativas do processo educativo na realidade angolana. Deste modo, o estudo enquadra-se numa abordagem de natureza qualitativa a partir de uma pesquisa bibliográfica, analítica com naturezas compreensiva e descritiva a partir da análise documental na busca de respostas de uma realidade social sobre o desenvolvimento do processo educativo em contexto institucional e comunitário concebido como um processo em espiral e contínuo que, na medida em que a criança avança no seu crescimento, contribui na realização de diversas acções que, antes, não era capaz de fazer, tendo como base o enfoque lúdico como actividade fundamental nesta etapa. Portanto, conceber uma Educação Pré-escolar harmonizada e articulada possibilita estimular as crianças em função de um desenvolvimento integral que permita converter as habilidades mais simples em mais complexas de forma gradual.

Palavras-chaves: Articulação, Educação Pré-escolar, enfoque lúdico, criança e harmonização.

¹ Doutor. Professor Auxiliar. Coordenador da Comissão de Gestão da Faculdade de Serviço Social.

² Mestre. Professora Auxiliar. Colaboradora do Departamento de Educação de Infância da Faculdade de Serviço Social.

Resumen

Los nuevos tiempos demandan cambios en las formas de reflexionar y actuar, momentos en los que el proceso educativo debe responder a las demandas de la sociedad. En este sentido, el artículo tiene como objetivo proponer desafíos acordes a la armonización y articulación del subsistema de Educación Preescolar desde el enfoque lúdico que integra las formas organizativas del proceso educativo en la realidad angolense. Así, el estudio se enmarca en un abordaje cualitativo basado en una investigación bibliográfica, analítica de carácter integral y descriptivo a partir del análisis documental en la búsqueda de respuestas desde una realidad social sobre el desarrollo del proceso educativo en un contexto institucional y comunitario. como un proceso en espiral y continuo que, a medida que el niño avanza en su crecimiento, contribuye a la realización de diversas acciones que antes no era capaz de realizar, basado en el enfoque lúdico como actividad fundamental en esta etapa. Por tanto, concebir una Educación Infantil armonizada y articulada permite estimular a los niños hacia un desarrollo integral que permita la conversión de habilidades más simples en más complejas de forma paulatina.

Palabras claves: Articulación, Educación Preescolar, enfoque lúdico, niño y armonización

Abstract

The new times demand changes in the ways of reflecting and acting, moments in which the educational process must respond to the demands of society. In this sense, the article aims to propose challenges according to the harmonization and articulation of the subsystem of Preschool Education from the playful focus that integrates the organizational forms of the educational process in the Angolan reality. Thus, the study fits into a qualitative approach based on a bibliographical, analytical research with a comprehensive and descriptive nature based on document analysis in the search for answers from a social reality on the development of the educational process in an institutional and community context conceived as a spiral and continuous process that, as the child progresses in his/her growth, contributes to the realization of various actions that he was not able to do before, based on the playful focus as a fundamental activity in this stage. Therefore, conceiving a harmonized and articulated Pre-School Education makes it possible to stimulate children towards an integral development that allows the conversion of simpler skills into more complex ones gradually.

Keywords: Articulation, Pre-school education, playful approach, child and harmonization

Introdução

Os novos tempos exigem transformações nas formas de pensar e agir e o subsistema de Educação Pré-escolar não fica afastado dessa dinâmica. Neste sentido, são muitas

as mudanças que acontecem neste nível de ensino, sendo grande a sua complexidade devido à diversidade dos agentes educativos que intervêm no processo educativo. Por isso, precisa-se de alcançar a mais alta qualidade de trabalho e, por sua vez, possibilitar o desenvolvimento integral das crianças como elemento essencial para seu ingresso bem-sucedido na escola.

Deste modo, o sistema educativo angolano considera o subsistema de Educação Pré-escolar a partir dos três meses de idade e até aos seis anos, incluindo a Iniciação, mas, na perspectiva actual, existem muitos contextos que defendem a utilização do termo Educação de Infância. Por conseguinte, ao se ter em conta a realidade angolana, considera-se importante repensar na necessidade de harmonizar a Educação Pré-escolar e oferecer-lhe o valor e o espaço específico que merece para não continuar com a ideia segundo a qual é um lugar onde ficam as crianças para que os pais possam trabalhar.

Assim, deve-se compreender que é o subsistema que apresenta características diferentes dos outros níveis, com orientações curriculares que privilegiam a educação em relação ao ensino tendo em conta as rotinas e especificidades das crianças que, além de não existir uma avaliação meramente quantitativa, existe uma avaliação qualitativa que promove a aprendizagem activa e desenvolvedora. Portanto, na actualidade mostram-se desafios que precisam de ser ultrapassados para que seja concebida, de facto, como a primeira etapa do sistema educativo.

Nesta vertente, nas instituições infantis, é fundamental que o educador seja provocador e, de igual modo, um mediador do processo educativo. Um provocador, na medida em que promova actividades cognitivas significativas, onde as crianças possam desenvolver questões, experimentar, criar, brincar, etc. Por enquanto, um mediador entre a criança e o grupo, entre a criança e o próprio educador, garantindo, através das actividades que fazem, a compreensão das situações mais complexas e o evoluir nas primeiras concepções do mundo que a rodeia, porque é neste período em que a criança vai ter o primeiro contacto com o processo de aprendizagem que será a base para todos os anos de escola que terá no futuro.

Assim, cabe realçar o iniludível que resulta que a Educação Pré-escolar garanta as condições de futuras aprendizagens com sucesso, sem que seja centrada numa

preparação da escolaridade obrigatória e, sim, na possibilidade de alcançar um desenvolvimento integral das crianças mediante a assimilação das experiências históricas e sociais das gerações anteriores e da época que lhes corresponde viver. Trata-se de um processo que transcorre fundamentalmente nas condições sociais de vida e educação e que favorece a apropriação de conhecimentos, habilidades, hábitos, qualidades, sentimentos e tradições da cultura que lhes antecede e que lhes serão úteis para continuar a aprender ao longo da vida.

Tanto as instituições infantis quanto a modalidade de atenção educacional não institucionalizada ou contexto comunitário precisam de pessoal especializado, que pense em novas propostas com base em critérios científicos próprios ou que, a nível da teoria e da prática, se vem construindo no país. Sabe-se que ainda há muito por se fazer, mas também se sabe que as crianças aguardam na espera de respostas positivas que revolucionem o seu desenvolvimento. Perante esta situação, impõe-se a articulação harmoniosa entre o contexto institucional e o comunitário tendo como base as alterações plasmadas na Lei 32/20 de 12 de Agosto, relativa ao reconhecimento dos Centros Infantis Comunitários e Centros de Atenção Comunitária.

Desde esta perspectiva, o presente artigo tem por finalidade propor desafios de acordo com a harmonização e articulação do subsistema da Educação Pré-escolar a partir do enfoque lúdico integrador nas formas organizativas do processo educativo na realidade angolana. Para isso, foi necessário realizar um estudo de natureza qualitativa que se enquadra numa pesquisa analítica, compreensiva e descritiva a partir da análise bibliográfica e documental sobre a Educação Pré-escolar.

Portanto, para facilitar a melhor compreensão da harmonização e articulação da Educação pré-escolar em contexto institucional e comunitário, foi necessário apresentar três desafios mais significativos.

Desafio da organização do subsistema da Educação pré-escolar em contexto institucional e comunitário

No mundo de hoje, tem havido um processo progressivo de conscientização sobre a importância crucial dos primeiros seis anos de vida e os factores que condicionam e

favorecem o crescimento e desenvolvimento saudável da personalidade das crianças. Assim, gradualmente, chegou-se à convicção que este período de vida constitui um dos mais significativos no indivíduo, o que tem determinado os rumos dos esforços e recursos para possibilitar o atendimento adequado nestas idades.

Por conseguinte, a Educação Pré-escolar, considerada a primeira etapa do sistema educativo precisa de ser compreendida e transformada, tendo em conta as mudanças sociais que estão a ocorrer na contemporaneidade, resultado dos rápidos avanços da ciência e a tecnologia. Infelizmente apesar das inúmeras conquistas ao longo do tempo, ainda não consegue o reconhecimento de sua real importância, nem recebe os investimentos necessários para a efectiva realização de um trabalho de qualidade, tendo em conta as diferentes modalidades legisladas, a partir da diversidade de contextos onde é aplicada.

Nesta perspectiva, no contexto angolano, a partir da Lei 32/20 do 12 de Agosto, no seu artigo 23.º estabelece que este subsistema se estrutura em duas etapas: A creche: dos 3 (três) meses aos 3 (três) anos de idade e o jardim-de-infância que contempla os Centros Infantis Comunitários e Centros de Atenção Comunitária, dos 3 (três) aos 5 (cinco) anos de idade, bem como as crianças que ingressam na classe de Iniciação 5 (cinco) aos 6 (seis) anos, que pode ser ministrada em escolas do Ensino Primário.

Significa que se subentende que só com as crianças que assistem nas instituições infantis é possível desenvolver o processo educativo, por isso, considera-se que deve ser harmonizado nas duas etapas, ou seja quer a modalidade institucional quer por via não institucionalizada (comunidade). Nesta perspectiva, requerer-se criar condições com um pessoal especializado bem como com as instituições ou centros educativos e socializadores que tenham a responsabilidade de elevar a qualidade dos processos educativos e organizacionais, suas funções, capacidade de gestão e, especialmente, a tarefa pedagógica tendo em conta as relações que se estabelecem entre crianças, educadores, família e a comunidade.

Deste modo, as crianças precisam de espaços abertos, iluminados, limpos, onde sintam a vontade de brincar de maneira prazerosa, pois um espaço sem condições causa-lhes apatia, agressividade, nervosismo, sensação de incómodo entre outros, e

suas aprendizagens serão interrompidas pela falta de organização destes sítios. Evidencia-se que nos contextos caracterizados por espaços adequados, actividades diversificadas, tempos adaptados ao ritmo das crianças e meios de ensino estimulantes, as crianças são capazes de trabalhar em grupos, e de desenvolver-se integralmente partindo do respeito mútuo.

Por quanto, em contextos institucional onde predomina a rigidez dos horários, a repetição de tarefas consideradas pedagógicas pelos educadores; as crianças não conseguem organizar-se, nem se desenvolver de forma espontânea e livre, são menos participativas, ainda que sempre que exista a possibilidade vão a modificar o espaço de acordo a seus interesses. Elas vão ser capazes de oferecer significados diferentes a partir de criar com sua imaginação opções que lhes possibilite inventar acções no chão, com as paredes, o teto, com os colegas e os adultos, pois, precisam de encontrar soluções, para viver um lugar de brincadeira, liberdade de movimento, encontro ou quietude.

Relacionado com isso, o brincar na Educação Pré-escolar consiste na actividade fundamental que proporciona o desenvolvimento motor, cognitivo, afectivo, a socialização entre outros aspectos, por isso é necessário que tanto o espaço interno quanto o externo sejam adequados. Consequentemente, o governo e a sociedade têm grandes desafios a serem enfrentados na realidade angolana, partindo da harmonização e articulação onde quer de maneira institucional ou comunitário haja o reconhecimento da importância do espaço físico para o processo educativo onde se compreenda que o espaço se projecta ou se imagina e o lugar se constrói.

Isso significa que, para estimular interacções cooperativas e contribuir ao desenvolvimento integral das crianças quando os espaços não são os mais adequados, é preciso organizá-los de forma que fiquem funcionais para os deslocamentos com segurança. De igual modo, esta organização deve ser respeitada nas instituições de ensino primário que contemplam a iniciação, onde as salas de aulas possuem estruturas físicas diferentes, com espaços muito limitados e não se pode esquecer que é imprescindível transformar com criatividade estes sítios em lugares ajustados às crianças e educadores que os utilizam.

Entenda-se que a falta de verbas e recursos para o investimento na educação das

crianças, mesmo como a ausência de políticas públicas que fortaleçam a planificação e criação de infraestruturas adequadas nestas faixas etárias, afecta de modo negativo o seu desenvolvimento integral e reduz a possibilidade de adquirir melhorias na qualidade do seu atendimento. Deste modo, é fundamental que se respeitem os padrões mínimos de infraestrutura para o funcionamento adequado das modalidades de Educação Pré-escolar (instituições infantis, escolas ou centros comunitários) públicas e privadas, que, respeitando as diversidades regionais, assegurem o atendimento a partir das características das distintas faixas etárias e das necessidades do processo educativo quanto a:

Espaço interno, com iluminação, insolação, ventilação, visão para o espaço externo, rede eléctrica e segurança, água potável, instalações sanitárias e para a higiene pessoal das crianças;

Instalações para o preparo e/ ou serviço da alimentação;

Ambiente interno e externo para o desenvolvimento das actividades, conforme aos programas curriculares e a metodologia da Educação Pré-escolar incluindo o repouso, a expressão livre, o movimento e o brinquedo; mobiliário, equipamento e materiais pedagógicos; adequado às características das crianças incluindo com necessidades especiais (BRASIL, 2006)

Não se trata de forçar o desenvolvimento, mas sim, garantir que as experiências e rotinas diárias das crianças lhe confirmam segurança emocional para aprender em quaisquer das modalidades educativas ao longo deste período. Com isso, pretende-se favorecer a inclusão da criança de forma tal que estimule sua curiosidade, seu ímpeto exploratório criando oportunidades para desenvolver o seu conhecimento social e a sua autonomia.

Tendo em conta estes elementos, as diferentes modalidades da Educação Pré-escolar (institucional ou não institucional/ comunitária) devem transformar seus espaços em sítios de crescimento e aprendizagens. De modo que o dia-a-dia das crianças desenvolva-se através de uma sequência de acontecimentos que podem ser tanto actividades pedagógicas planificadas ou nas brincadeiras livres; como as situações de rotinas e que respondem aos processos na hora das refeições, hora da sesta e hora da higiene.

Por isso, para que essa rotina ocorra é necessário reflectir sobre as práticas quotidianas e eliminar a concepção assistencialista do passado, que trata do cuidado e da guarda da criança, sem a pretensão de oferecer uma educação - pedagógica. Outrossim, ambas modalidades devem ser organizadas em um único sistema de educação a partir do próprio currículo, a maneira de evitar estabelecer diferenças entre os dois contextos.

Consequentemente, sugere-se retomar as ideias anteriores para criar ambientes saudáveis e estimulantes que contribuíssem ao desenvolvimento integral da criança. De igual forma, fortaleça-se a auto-preparação e a formação dos outros agentes educativos (familiares, encarregados de educação e membros da comunidade) para expandir a cobertura das instituições em função de resolver os problemas do processo educativo das crianças, onde quer que esteja, sejam capazes de respeitar e recriar o património e a cultura nacional e territorial.

Desde esta perspectiva, tendo em conta a realidade do projecto do Sossego, campo de Estágio da Faculdade de Serviço Social, a partir do estudo da realidade cubana foi possível alcançar um melhor atendimento das crianças no contexto comunitário. Neste sentido, procurou-se diferenciar o trabalho que se faz nas instituições infantis, e organizaram-se grupos de crianças por etapas e não pelas idades de forma isoladas. Assim, estruturaram-se um grupo de crianças com idades compreendidas entre um, dois e três anos (1,2,3), que compartilharam o mesmo espaço físico (Jango) e, por outro lado, um grupo de crianças com idades entre os quatro e cinco anos de idades (4,5).

Partindo desta experiência, facilitou-se o desenvolvimento do processo educativo na comunidade do Sossego, pois as actividades realizaram-se com um horário flexível que favoreceu o trabalho conjunto. Significa que, além de ter em conta os objectivos e conteúdos que referem as orientações curriculares para este subsistema, as actividades planificadas tiveram um objectivo integrador em correspondência com os conteúdos a ser desenvolvidos, mas com acções específicas para as crianças segundo suas idades, as que foram aumentando o nível de complexidade.

Finalmente, cabe realçar que todas as actividades que fazem parte do dia-dia das crianças, de forma organizada, ajudam no seu desenvolvimento. Essas rotinas

apresentam benefícios tanto para os educadores ou adultos como para elas, em função de lidar com as transições e ganhando um comportamento mais responsável. Quer educadores quer os adultos que contribuíam no processo educativo precisam de manter um relacionamento sistemático para que exista uma partilha diária das observações, das conquistas e das derrotas da criança, permitindo assim melhores níveis de adaptação e de desenvolvimento da mesma.

Desafio do enfoque integrador das áreas curriculares em contexto institucional e comunitário

Como foi referido em eixos anteriores, o processo educativo na Educação Pré-escolar vai dirigido a obter em cada criança, o máximo desenvolvimento de todas suas possibilidades, de acordo com as particularidades próprias das idades e proporcionar-lhes a preparação necessária para sua aprendizagem escolar bem-sucedida, independentemente de assistir ou não a uma instituição infantil. Significa que é dialéctico, dirigido, sistemático, bilateral e activo, de natureza social e grupal, contextual e individual, no qual se geram estratégias educativas sobre a base da actividade e a comunicação, de educadores e crianças.

Uma docência com e para crianças de 0 a 6 anos precisa estar implicada na proposição de experiências e práticas contextualizadas, possibilitando-lhes confrontar ideias e colocar seus conhecimentos em função da resolução de problemas apresentados. Assim, tendo em conta que a definição de currículo alcança varias dimensões, assume-se a ideia de currículo como uma identidade polissémica, susceptível a múltiplas interpretações, que podem incluir apenas a definição global dos objectivos escolares, ou ir mais longe e incluir os mais diversos acontecimentos que podem ser vividos num dado contexto escolar (Marchão, 2012).

Relacionado com isso, coincide-se com Carvalho (2010), quando se refere que as orientações curriculares são um documento que orienta, em simultâneo, a actuação do educador que pode, consoante o conhecimento que tem do grupo e de cada criança, dar o seu contributo na construção de um currículo que se objectiva feito com as crianças e não para as crianças. Deste modo, ao falar de aprendizagem com crianças, cabe retomar que durante muitos anos esse trabalho foi realizado por profissionais sem formação específica, porque havia um entendimento que educar e

cuidar as crianças não eram responsabilidade nem tarefa educacional, mas sim um direito assistencial das famílias.

Neste sentido, normalmente as questões curriculares foram associadas à escolaridade obrigatória, razão pela qual a Educação Pré-escolar geralmente é afastada, talvez por ser vista como um nível opcional, como se estivesse desprevenida de conteúdos curriculares. Por vezes, não se compreende que é desenvolvido um processo educativo no qual se planificam as diferentes formas organizativas em função das crianças, tendo em conta a assimilação de tudo um volume de conhecimentos, hábitos e habilidades.

Desta maneira, assume-se que o currículo neste subsistema não envolve conteúdos específicos como por exemplo os relacionados com a aprendizagem de conceitos, mas sim, através do brincar acumulam-se experiências que ampliam, desafiam e são relevantes a partir dos conhecimentos para as crianças. Esta perspectiva de continuidade entre brincar e aprender articula-se com o reconhecimento da criança como sujeito e agente do processo educativo, que lhe garante o direito de ser escutada nas decisões relativas à sua aprendizagem e de participar no desenvolvimento do currículo.

Por conseguinte, são múltiplas as opções de aprendizagens, experimentação e oportunidades ilimitadas de exploração que são oferecidas às crianças. De igual forma, partindo das experiências e seus saberes únicos, no contexto relacional e de interação social a partir das modalidades do processo educativo, considera-se que são capazes de construir as suas aprendizagens na medida que cada uma aprende e contribui para o progresso das outras.

Nesta senda, segundo o Plano Curricular do Pré-escolar (2019) em Angola, o subsistema deve contemplar áreas com conteúdos que promovam a igualdade de oportunidades, a inclusão social, económica, política e cultural da criança. Por sua vez, garantir que as crianças encontrem espaços para construir as suas aprendizagens de modo a favorecer a sua formação e desenvolvimento equilibrado. Sendo assim, as áreas curriculares que o constituem são as seguintes:

Comunicação linguística e literatura infantil;
Representação Matemática;

Meio Físico e Social;
Expressão Motora/Psicomotricidade;
Expressão Manual e Plástica;
Expressão Musical.

Portanto, para a Educação Pré-escolar, essas áreas curriculares que constituem o Plano de Estudo, tal como prevê a Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino, Lei n.º 17/16, destinam-se a todas as faixas etárias da Educação Pré-Escolar (dos 3 meses aos 3 anos; dos 3 anos; dos 4 anos e dos 5 anos de idade que constitui a Classe de Iniciação).

Consequentemente, elas manifestam-se de forma integrada, uma vez que se caracterizam por ocupar os tempos do processo educativo em espaços onde a criança possa aprender a interagir e a construir relacionamentos, a desenvolver atitudes positivas, conviver, a conhecer seus sentimentos, negociar pontos de vista, brincar e, com isso, criar, inventar, aprender a aprender. Neste sentido, os educadores devem saber adaptar o currículo tendo em conta o diagnóstico inicial do grupo de crianças com as que trabalha para reestruturá-lo em função de suas necessidades, sendo flexíveis e abertos as suas sugestões, e não como uma imposição rígida.

Actualmente, cada vez mais se reconhece que a alegria e o bem-estar das crianças devem ser parte integrante do processo de crescimento, o conjunto de actividades planificadas ou não, precisam favorecer a aquisição de novos conhecimentos e fortalecer-se os já alcançados. Portanto, impõe-se que os educadores conheçam os pressupostos didácticos-metodológicos que possibilitem proporcionar momentos inesquecíveis com intencionalidade educativa a partir de uma planificação correcta perante as orientações curriculares para este nível de ensino.

Sendo assim, a planificação concebe-se tendo em conta um programa, uma sequência, uma estrutura, um plano de actividades que possibilite alcançar os fins pretendidos, os objectivos, os conteúdos de aprendizagem que se irão transmitir e os processos de avaliação utilizados, sempre apresentados com uma estreita relação com a vida quotidiana. Deste modo, a problematização das actividades vai permitir estabelecer um equilíbrio entre as acções de aprendizagem e as vivências lúdicas, num entrecruzar e potenciar mútuo, através do processo educativo.

Nesta perspectiva, é importante destacar que a designação das áreas curriculares apresenta similitudes com as utilizadas noutros níveis do sistema educativo e desta maneira, se favorece a articulação da Educação Pré-escolar com o Ensino Primário, o que facilita as relações e entendimento entre educadores e professores. Não obstante, isso não pode constituir uma base para que na Educação Pré-escolar se enfoque na alfabetização com particularidades do ensino primário e sim, num desenvolvimento integral de saberes que permitam nas crianças ter sucesso, não só na etapa seguinte, mas também na aprendizagem ao longo da vida.

Deste modo, sugere-se que a estrutura da actividade planificada seja única para todas as faixas etárias, além de conceber na planificação ou distribuição de conteúdos, a graduação das dificuldades das acções, de acordo com os conteúdos do programa. Assim, embora que sua concepção responda, se ajuste à estrutura de cada instituição infantil existem de maneira regular os três momentos ou fases pelas quais deve transcorrer o processo:

1. Fase inicial (orientação): motiva as crianças e utiliza diferentes procedimentos/ canções, perguntas, surpresa, etc orienta o objectivo da actividade onde se precisa o que se espera das crianças, o que devem fazer para o obter, sempre com uma linguagem acessível.
2. Fase central (execução): o papel fundamental corresponde às crianças onde serão desenvolvidas as acções orientadas pelos educadores.
3. Fase final (avaliação): comprova-se o cumprimento da actividade além do que se deve realizar durante toda a actividade.

Sendo assim, para planificar de forma eficiente, recomenda-se ter em conta indicadores, que, em base a experiência das investigações feitas pelo Centro de Estudos Latino americanos de Educação Pré-escolar (CELEP), consideram-se básicos para garantir a qualidade do processo ao passo que permitem orientar, executar, controlar e avaliar as actividades desenvolvidas, que são:

Preparar com antecedência as condições prévias da planificação: para isso, precisa-se consultar os documentos oficiais, tendo em conta o diagnóstico do grupo e a dosificação dos conteúdos da área a ser planificada.

Guiar as crianças sobre o que vão fazer: neste sentido, os educadores, com uma linguagem acessível, devem comprovar a compreensão da orientação verbal, por parte das crianças em função das acções a desenvolver e auxiliar-se da demonstração quando o requerer.

Utilizar materiais e meios didácticos: significa seleccionar o meio adequado segundo o conteúdo, tendo em conta a qualidade e quantidade suficientes para todas as crianças.

Favorecer um estado de ânimo agradável nas crianças ao realizar as actividades: neste sentido, recomenda-se ter em conta o tom e modulação da voz, utilização da fantasia de acordo com as características do grupo a partir da disposição física e mental tanto das crianças como do (a) educador (a) e, de ser possível fazer uso da música com apoio gestual e motivação afectiva.

Atender a diversidade: sugere-se precisar o diagnóstico das crianças para possibilitar um trabalho diferenciado, de maneira que possam assimilar os conhecimentos tendo em conta limitações e potencialidades. Respeitar o ritmo de cada criança e solucionar conflitos de forma afectiva com um beijo, um abraço, um elogio, etc, a partir da relação educador (a) - crianças, crianças – crianças.

Aproveitar o enfoque lúdico: considera-se imprescindível durante o processo educativo em função de alcançar os resultados por meio dos objectivos das actividades. Deve-se estimular a iniciativa e a acção independente das crianças, por exemplo, não as interromper, dar-lhe a possibilidade de corrigir os erros, eliminar-lhe ao passo que se potencializam as acções de autonomia.

Deste modo, facilita o percurso organizativo que permita alcançar a aprendizagem de forma intencional onde as crianças sintam satisfação e empenho no processo de desenvolvimento. Assim, considera-se que o educador estrutura sua prática de maneira flexível e consegue que a criança se reencontre, se movimente, o conviva com os demais dinamicamente. Nessa perspectiva, assume-se que não se trata de acções sem sentido, pois são acções que envolvem emoção, desejo, corpo, pensamentos e linguagens. Portanto, ao ter em conta que os objectivos constituem

a categoria reitora dentro do processo educativo, cumprindo a importante função de determinar os conteúdos, métodos e formas organizativas considera-se necessário para orientar o trabalho dos educadores e crianças no processo. Eles expressam o fim que se busca em cada forma organizativa do processo.

Neste sentido, devem ser enunciados com infinitivos que expressem o accionar da criança. Para isso, o educador utiliza como recurso as seguintes interrogantes: *o que quero que faça?* Isto representará a ou as habilidades que quero que realize; e *como quero que o faça?* que representará as condições, operações e requerimentos, que se deseja e que sejam realizadas as acções ou aplicados os conhecimentos. Também sugerem formas de organização, métodos e meios de ensino, assim como o que será avaliado ou controlado ao finalizar.

Sendo assim, a partir do objectivo vai-se estabelecendo uma relação lógica na dinâmica dos outros componentes didácticos da área curricular, pois, não somente assinalam o resultado que se espera, mas sim sua concreção se faz real a partir do conteúdo e seu valor formativo. Actuam directamente no planeamento, organização e sistematização das actividades. Para determinar-lhes, é importante analisar alguns aspectos básicos que facilitam sua progressão segundo o nível de complexidade por faixa etária:

Conhecer os objectivos da instituição e das áreas curriculares por faixa etária.

Reconhecer os conteúdos de forma gradual e em função de sua complexidade.

Ter em conta os meios de ensino disponíveis.

Conceber o tempo previsto para cada forma organizativa do programa segundo a faixa etária.

Planificar a comprovação parcial e final das habilidades.

Por outro lado, cabe realçar que o conteúdo vai constituir aquela parte da cultura que deve ser assimilada pela criança, que possui uma base informativa e expressa hábitos e habilidades que vão determinar o que ensinar e o que aprender. Aparecem nos materiais disponíveis segundo o plano curricular do Ministério da Educação. Devem ser seleccionados fundamentalmente a partir das vivências e experiências da criança, tendo em conta o processo educativo de maneira gradual, contínuo, dinâmico e transformador.

Em suma, manifesta-se que existe um certo consenso na ideia de que o fracasso ou

o sucesso de qualquer sistema educativo depende fundamentalmente da qualidade do desempenho de seus educadores ou professores. Por isso, defendem-se os critérios que podem ser aperfeiçoadas orientações curriculares, planos de estudos, programas; pode-se contar com magníficas instalações; mas sem educadores/professores eficazes nenhuma melhoria real na educação pode ocorrer. O papel dos educadores é contribuir ao desenvolvimento integral das crianças e sua preparação para a escola em um mundo em constante mudança, aprender a aprender talvez seja a aula mais importante de sua vida.

Sendo assim, ser educador de infância não é tarefa fácil porque não se trata de passar apenas um conteúdo estabelecido por um currículo e sim de lidar com um grupo de crianças que ainda não conhecem as regulamentações que regem uma sala de actividades. Precisam de ser educadores responsáveis e apaixonados pelo que fazem, que sempre tenham espaços para actividades inovadoras e criativas através de sua actualização permanente.

Desafio do ambiente lúdico no desenvolvimento das formas organizativas do processo no contexto institucional e comunitário

Os primeiros anos de vida são básicos na formação das crianças e é precisamente neste período, quer em contexto institucional quer em contexto comunitário, que a criança necessita de tempo para brincar. Ao brincar, elas começam a conhecer o mundo, a descobri-lo, a sentir emoções, a dizer com outras línguas o que ainda não consegue expressar com palavras claras. A brincadeira lhe permite que se manifeste e, ao mesmo tempo, satisfaça sua curiosidade, sua fantasia, a necessidade de fazer actividades. Da mesma maneira, produz-lhe sentimentos de afecto, amizade, sensibilidade pelos outros, e contribui na apropriação de conhecimentos, hábitos, costumes e valores.

Neste sentido, considera-se fundamental o papel do adulto no desenvolvimento da criança ao ter em conta que, durante anos, o facto de ensinar foi visto como transmissão de conhecimento, onde a criança era um agente passivo e se limitava a ouvir. Posteriormente, apareceu também uma nova forma de aprender, mais espontânea, onde a criança passa a ter um papel mais activo e através do lúdico adquirem novos conhecimentos. De igual forma, a utilização dos jogos no processo

educativo veio trazer mudanças também na posição do educador ao assumir ser mediador e até mesmo incentivador do processo.

Não obstante, é necessário enfatizar que quando se fala de brincar em Pré-escolar, a maioria das pessoas, sejam profissionais da educação ou não, consideram que isso não pode ser apoio do processo porque se pressupõe que as instituições educativas não foram feitas para brincar. Isso significa que ainda existem pensamentos rígidos, antigos, inflexíveis que consideram que as salas de actividades, especificamente neste subsistema, devem ser locais fechados onde as crianças devem permanecer sentadas a maior parte do tempo, fazendo exercícios em folhas de trabalho.

Infelizmente, este é um dos maiores problemas deste nível de ensino em muitas partes do mundo, devido ao facto de se pensar que o jogo não é uma actividade séria e se limita ao riso e ao prazer que não permite aprender nada. Porém, diante dessa realidade, o brincar continua sendo a actividade primária na vida das crianças, necessária para seu equilibrado processo de desenvolvimento. Desse modo, é fundamental que todos os agentes educativos envolvidos no processo tomem consciência do imprescindível que é para as crianças ter lugar, hora e companhia para brincar.

Por conseguinte, muitas das crianças exigem a possibilidade de brincar com maior liberdade. Brincar é para elas como viver, e deve-se destacar que, em diferentes países, em varias realidades e contextos, as crianças são sempre as mesmas e a Educação Pré-escolar exige, em todos as partes do mundo, o mesmo respeito e dedicação por elas, mesmo quando nem sempre oferece tudo o que precisam. Deste modo, a formação lúdica do educador converte-se em aspecto imprescindível para o desenvolvimento integral das crianças que vai facilitar despertar nelas uma atitude lúdica ao passo que consegue estabelecer a articulação entre teoria e a prática.

Nesta perspectiva, de acordo com Santos (2009), uma formação profissional com qualidade deveria contemplar três pilares que são: a formação académica, a formação pedagógica e a formação pessoal. Nesta última formação, o autor propõe que seja efectuada através da formação lúdica; onde são valorizado a educação da sensibilidade, a busca da afectividade e a criatividade. Deste modo, ao propor vivências lúdicas, o educador que as vive, tem mais probabilidade de levar para a

sala de aula estas experiências através do jogo. Assim, o lúdico manifesta-se como um valioso recurso pedagógico para trabalhar com a aprendizagem e a produção de conhecimentos. Sendo assim, o educador, no jogo espontâneo, é apenas observador. No entanto, quando é dirigido deve explicar claramente as regras e participar para servir de modelo.

Conseqüentemente, corrobora-se que brincar e jogar não são passatempos, trata-se de actividades fundamentais onde as crianças aprendem a estar com os outros; onde se espera que possam ser capazes de respeitar limites, socializar, criar e explorar a criatividade, interagir e aprender, além dos objectivos cognitivos a serem alcançados.

Desde esta perspectiva, o educador que se envolve no mundo imaginário das crianças e o explora precisa ter um conhecimento teórico, prático, uma grande capacidade de observação para recolher informações, carinho e vontade de ser parceiro das crianças neste processo.

Cabe aos educadores encontrar as melhores condições para lhes oferecer o caminho certo em função do aproveitamento da actividade lúdica em espaços adequados para jogar. Desta forma, têm acesso a informações preciosas para a sua prática, aumentando o grau de dificuldade do jogo para torná-lo mais interessante e haja uma maior aprendizagem. O brincar é inequivocamente um elemento importante nas etapas que constituem a personalidade da criança, que podem ter diferentes manifestações, mas sempre vão estar relacionadas com a sua vida. Por conseguinte, sempre que for possível, o educador deve entrar nas brincadeiras das crianças e questioná-las sobre as mesmas, a fim de obter informações para enriquecer futuras experiências.

Portanto, para compreender melhor o porquê da necessidade do enfoque lúdico na Educação Pré-escolar, precisa-se conhecer que do ponto de vista curricular existem limitações que, com base nas ideias de Santos (2009), reforça-se que nos currículos geralmente não há disciplinas/áreas curriculares que evidenciem o lúdico. Entanto, é difícil conseguir que os profissionais da educação, com ênfase os de Pré-escolar desenvolvam uma atitude lúdica que priorize jogos e brincadeiras no processo educativo. Quanto mais o educador vivenciar experiências lúdicas propostas nos

currículos será possível melhor preparação para desenvolver o lúdico com as crianças.

Inquestionavelmente, tendo em conta os elementos acima referidos, o jogo constitui a actividade fundamental deste subsistema de ensino através das suas diferentes variantes: imitação, movimento, tabuleiro, didácticos, dramatizados, entre outros. Por outro lado, as crianças sentem alegria, prazer e satisfação emocional, que ao mesmo tempo enriquece seus conhecimentos, suas representações, suas motivações, seus interesses, contribuindo para a formação de suas atitudes, de suas qualidades, enfim, para todo o seu desenvolvimento e crescimento integral. Tais razões tornam o jogo como procedimento fundamental presente em qualquer tipo de actividade planificada tendo em consideração todas as áreas curriculares.

Assim sendo, coincide-se com Haetinger (2008) ao manifestar que parece ser consenso entre todos os autores da educação que o jogo é indispensável no acto de aprender e ensinar de forma vivencial. Referindo-se as crianças, os autores são unânimes quando dizem que o jogo é a base epistemológica da educação. No entanto, para que os jogos e brincadeiras sejam considerados ferramentas eficazes no processo educativo é preciso uma planificação organizada, contendo objectivos e metas e deste modo, não se considera uma actividade perdida e sem fundamentos. Visto isto, é necessário jogos com materiais que despertem a curiosidade, a autonomia e a criatividade.

Nessa perspectiva, considera-se que, para o educador, o desenvolvimento de uma atitude lúdica não requer fórmulas ou estereótipos para ensiná-lo a proceder; trata-se sempre de brincar, onde se criam situações de fantasia e actuam em uma relação dinâmica e entusiástica. Assim, o sucesso da participação dos adultos no jogo dependerá, em grande medida, da sua personalidade, em transformar cada forma organizacional em uma aventura imaginária onde a criança se sinta um personagem da história e sente a satisfação do que faz num ambiente estimulante que forneça experiências enriquecedoras e divertidas.

Actualmente, as crianças passam a maior parte do tempo em instituições muito rígidas e em suas casas, a maioria delas tem pouco ou nenhum espaço para brincar. Sendo assim, atribui-se como uma das principais causas desta situação, ao facto de

que os adultos geralmente brincarem pouco com elas devido ao tempo limitado de que dispõem. Significa que, mesmo nos últimos tempos, destaca-se a necessidade de um ambiente lúdico ao redor da criança e que suas actividades tenham alto significado. Ainda é necessário educar, aprender e desenvolver-se integralmente através do lúdico, pois assim os objetivos podem ser alcançados com muito mais eficácia em qualquer contexto em que seja realizado.

Uma educação lúdica só será bem-sucedida se o educador domina a importância de um ambiente lúdico no desenvolvimento das crianças a partir das diferentes formas organizativas do processo. Significa que cada educador deve saber ser actor e pedagogo ao mesmo tempo onde poderá desempenhar um papel de observador, ser um participante ou um organizador, com o intuito de melhorar e contribuir ao desenvolvimento integral das crianças. Existem muitas formas de brincar e jogar e nem sempre é necessário gastar dinheiro, só se precisa ser criativos, ter imaginação e acreditar nos sonhos.

Por conseguinte, os educadores devem oferecer às crianças as oportunidades de fazer aquilo que a sua idade é possível, estimular sua participação de actividades em grupo ou individual onde se procure alcançar uma determinada autonomia através do enfoque lúdico como forma de organização fundamental do processo. De igual maneira, colocar-lhes em situações que lhes ajudem estimular o pensamento e só depois então o estímulo para a passagem de outro nível de ensino.

Contudo, é importante contar com educadores que, após os conhecimentos teóricos recebidos na sua formação inicial, mesmo como sua actualização permanente de dados científicos e didácticos actuais, percebam e compreendam seu papel como um guia experimentado, no desenvolvimento de um ambiente comunicativamente estimulante. Despertar a curiosidade e o pensamento crítico, proporcionar a cada criança condições de bem-estar e de segurança, incentivar a participação das famílias no processo educativo e estabelecer relações de efectiva colaboração com a comunidade constam ainda nos desafios e perspectivas deste subsistema.

Considerações finais

A harmonização e articulação do processo educativo em contexto institucional e comunitário constitui um factor imprescindível no desenvolvimento integral das

crianças e o enfoque lúdico é essencial. Deste modo, o estudo assume que a brincadeira é um direito da criança, bem como o direito à saúde, à educação, entre outros, que contribui ao desenvolvimento da criança ao mesmo tempo que possibilita a construção do desenvolvimento do processo educativo.

Contudo, foi importante e relevante compreender a necessidade de mudar o ambiente da Educação Pré-Escolar tendo em conta o contexto institucional e comunitário que a Lei 32/20 já prevê para transformar algo que vai de encontro à nossa realidade, sabendo que nem todos tem a possibilidade de frequentar um centro infantil.

Em sínteses, é importante reconhecer que além das muitas conquistas que vêm sendo alcançadas na organização do subsistema de Educação Pré-Escolar no contexto angolano, todavia há um longo caminho a ser percorrido, visto que o atendimento à criança foi tardio e precisam-se de superar desafios antigos esclarecendo questões que ainda suscitam dúvidas na actualidade.

Bibliografia

- Angola. Lei nº 17/16, de 7 de Outubro de 2016. Diário da República nº 170. I Série - Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino.
- Angola. Lei nº 32/20, de 12 de Agosto de 2020. Diário da República nº 132. I Série - Lei que altera a Lei nº 17/16 de 7 de Outubro – Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino.
- Angola. Ministério da Educação/INIDE (2019). *Plano Curricular do Pré-escolar e Ensino Primário*. Luanda, Editora Moderna.
- Brasil. Ministério da Educação e do Desporto (2006). *Parâmetros básicos de infraestrutura para instituições de educação infantil*. Brasília: MEC, SEB.
- Carvalho, M. C.; Rubiano, M. B. (2010). Organização do espaço em instituições Pré - escolares. In Oliveira, Z. M. R. (Org.) *Educação infantil: muitos olhares*. 2ed., São Paulo: Cortez.
- Flores, C. (2011). *A importância do brincar para o desenvolvimento da criança dos 0 aos 3 anos*. Paraíba, Universidade Estadual da Paraíba.
- Formosinho, J. (1996). *Modelos Curriculares para a Educação de Infância*. Porto: Porto Editora.
- Haetinger, M, G. (2008). *Jogos recreação e lazer*. 2ª Edição. Curitiba: IESDE Brasil

S.A.

Marchão, A. (2012). *No Jardim de Infância e na Escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico - Gerir o Currículo e Criar Oportunidades para Construir o Pensamento Crítico*. Lisboa: Edições Colibri.

Santos, D. (2009). *Ludicidade em sala de aula. Um caminho para o desenvolvimento da criança*. Dissertação de Mestrado. Salvador: Universidade do Estado da Bahia.

Recebido em 13 de Setembro de 2021
Aceite em 11 de Novembro de 2021



Este artigo está licenciado sob a licença: Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License. Ao submeter o manuscrito o autor está ciente de que os direitos de autor passam para a Revista Realidade Social.